


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa – 18/agosto/2002

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Presidente do TRT e da Comissão
Juiz FLORIANO VAZ DA SILVA – Vice-Presidente Judicial
Advogado LUÍS CARLOS MORO (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz JOSÉ CARLOS FOGAÇA – Presidente da Comissão
Juiz RAFAEL EDSON PUGLIESI RIBEIRO
Advogado OTÁVIO PINTO E SILVA (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 20 de agosto de 2002, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.

BOA SORTE.

COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

III) a criação crescente das organizações sindicais: Sindicato, Federação, Confederação;

III) a criação de Federação é possível pela agluturação de pelo menos 5 Sindicatos;

IV) a criação da Confederação é possível pela agluturação de pelo menos 3 Federações;

V) dentro de uma mesma profissão idêntica, similar ou conexa, não pode formar-se mais de uma federação, mesmo que o número de sindicatos de cada não seja inferior a cinco;

(51) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

52. Sobre a Convenção Coletiva de Trabalho:

I) se não constar o prazo de vigência, pressupõe-se que vale por um ano;

II) o prazo de vigência não pode ser omitido;

III) é obrigatório conter disposições regulando o procedimento de conciliação das divergências surgidas entre os convenentes por motivo de aplicação da convenção;

IV) entra em vigor na data em que foi firmada;

V) um décimo dos associados do Sindicato é o quorum de votação para assembleia geral que irá autorizar a assinatura de convenção coletiva, em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham 6.000 associados;

(52) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é errada; b) somente duas são erradas; c) somente três são erradas; d) somente quatro são erradas; e) todas são erradas.

53. Sobre o Menor:

I) o menor, tendo 18 anos, pode ajuizar ação trabalhista sem assistência dos pais;

II) a ação trabalhista do menor de 18 anos poderá ser feita, na falta dos representantes legais, pelo Sindicato da categoria;

III) é proibido o trabalho insalubre, mas é permitido o noturno;

IV) o Juiz do Trabalho pode autorizar o trabalho do menor em cinemas, desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral;

V) contra os menores de 14 anos não corre nenhum prazo de prescrição;

(53) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

54. Sobre a Justiça Gratuita:

I) é devida ao desempregado ou que perceber salário inferior ao dobro do mínimo legal;

II) é devida a quem, embora auferindo salário superior ao dobro do mínimo legal, declare, sob responsabilidade, não possuir condições de prover a demanda sem prejuízo do sustento próprio ou da família;

obteve a gratuidade e foi sucumbente na ação;

(54) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

55. Ação trabalhista tendo no polo passivo a empregadora, sociedade comercial, e outras duas empresas do mesmo grupo econômico, chamadas por vínculo de solidariedade obrigacional. No curso da ação trabalhista a empregadora, que é a *holding*, tem a falência decretada. É proferida a sentença condenatória dos réus. A empregadora, agora massa falida, interpõe recurso ordinário, o mesmo fazendo as co-obrigadas, solidárias.

I) a massa falida está dispensada do depósito recursal;

II) os efeitos da falência da *holding* são extensivos às outras empresas do grupo econômico, estando todas dispensadas do depósito recursal;

III) cada réu deve realizar seu próprio depósito recursal;

IV) um único depósito recursal é suficiente para o recurso das empresas; como uma delas é falida e dispensada do depósito, outras duas são igualmente dispensadas do preparo;

V) a massa falida está dispensada do depósito recursal, mas não dispensada o pagamento imediato das custas do processo.

(55) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

56. Ação trabalhista em rito sumaríssimo:

I) devolvida a citação postal com nota de "desconhecido", o Juiz deve extinguir o processo, sem julgamento de mérito;

II) devolvida a citação postal com nota de "mudou-se", o Juiz deve dar prazo ao autor para explicar-se ou fornecer o novo endereço;

III) o prazo legal de 15 dias para julgamento é contado da data da citação válida;

IV) devolvida a citação postal com nota de "mudou-se" e, não tendo o autor meios de identificar o novo endereço do réu, pode ser feita a citação por edital, ficando, neste caso, convertido o rito para o ordinário;

V) sociedade de economia mista não pode ser processada no rito sumaríssimo;

(56) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

57. Sobre a sociedade em comandita simples:

I) associação de duas ou mais pessoas, para fins comerciais, com preendimento sócio ilimitadamente responsáveis e sócios de capital com responsabilidade limitada;

II) o sócio comanditado é ilimitadamente responsável pelas obrigações sociais;

III) o sócio comanditário é limitadamente responsável ao montante das quotas subscritas;

(57) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

58. Tipos de Sociedades Comerciais e algumas de suas características:

I) sociedade em conta de participação: a) sócios ocultos e ostensivos; b) negócios exercidos em nome do sócio ostensivo; c) a sociedade só existe entre os sócios, não existindo para com terceiros;

II) sociedade por quotas de responsabilidade limitada: a) gerência pode ser exercida por qualquer dos sócios; b) o nome é formado por firma, mas também por denominação;

III) sociedade em nome coletivo: a) sócios solidários e ilimitadamente responsáveis; b) na falta de previsão, todos os sócios podem exercer a gerência; c) o nome é formado por firma, tendo por extenso ou abreviado o nome de pelo menos um dos sócios, seguido de "Cia.";

IV) sociedade anônima: a) sócio controlador, responsável perante os demais sócios, bem como para com os empregados da sociedade, bem assim a comunidade em que atua; b) o sócio é denominado acionista, que é o mesmo que acionário;

(58) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) todas são corretas; e) todas são incorretas.

59. Da norma jurídica internacional:

I – para que tenha vigência no Estado é preciso ser ratificada por meio de decreto legislativo e promulgada por meio de decreto de promulgação, embora quanto a esse último não exista previsão no ordenamento jurídico brasileiro.

II – depois de ratificada pelo Congresso Nacional, a simples publicação no Diário Oficial, autorizada pelo Ministro das Relações Exteriores e determinada pela Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty, garante a eficácia.

III – caso conflitante com a Constituição Federal é passível de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

(59) Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) somente as proposições I e II estão corretas;
- c) somente as proposições II e III estão corretas;
- d) somente a proposição I está correta;
- e) todas as proposições estão incorretas.

60. Das sociedades comerciais:

I – São causas de dissolução de pleno direito: o mútuo consentimento dos sócios, a morte de um dos sócios, a expiração do prazo e a inabilidade de alguns dos sócios ou incapacidade moral ou civil, julgada por sentença;

II – A transformação, a incorporação, a fusão e a cisão não prejudicam os credores da sociedade;

III – Na sociedade de capital e indústria, o sócio capitalista é ilimitadamente responsável pelos débitos contraídos pela sociedade e o sócio de indústria não assume qualquer responsabilidade pelas dívidas da sociedade.

(60) Assinale a alternativa correta:

- a) todas as proposições são corretas;
- b) todas as proposições são incorretas;
- c) somente três proposições são corretas;
- d) somente duas proposições são corretas;
- e) somente uma proposição é correta.

61. Prazo para a empregada doméstica requerer o salário maternidade:

- a) até 90 dias após o parto;
- b) até 28 dias antes do parto;
- c) até 120 dias após o parto;
- d) até 120 dias antes do parto;
- e) até 90 dias antes do parto.

62. Uma empregada, contratada para a função de serviços gerais, foi designada para trabalhar como telefonista já no primeiro dia de contrato. Ficou nessa função por 2 anos consecutivos. Recebia mês 03/2002, o salário de R\$ 750,00, trabalhando seis horas por dia. O empregador designou-a para trabalhar como auxiliar do departamento de pessoal a partir do dia 1º.04.2002, cumprindo jornada de 8 horas e mantido o mesmo salário.

- a) a empregada tem direito a duas horas extras por dia;
- b) a empregada tem direito a aumento salarial na proporção do mero de horas acrescidas;
- c) a empregada tem direito de ser mantida como telefonista, podendo pedir liminar ao Juiz;
- d) todas as alternativas anteriores são corretas, dependendo exclusivamente do interesse subjetivo da empregada ao definir o pedido em Juízo;
- e) nenhuma das anteriores é correta.

63. Gerente (exercício de cargo de gestão), na situação do art. 62 da CLT, e direito a horas extras. O empregado recebe salário de 1.000,00 e gratificação de função de R\$ 300,00, presta 30 horas extras por mês que, com adicional de 50%, representariam 265,50.

- a) não tem direito;
- b) tem direito;
- c) tem direito, mas a base de cálculo não inclui a gratificação;
- d) só tem direito quando deixar de auferir a gratificação de função;
- e) a gratificação de função remunera as duas primeiras horas extras de cada dia.

64. Um empregado dirige uma perua. Vai diariamente à empresa pela manhã, onde pega o veículo abastecido e carregado com gatinhos para entrega em padarias. Faz 30 entregas por dia, retornando o veículo ao termo delas. Não marca cartão ou livro de ponto. Trabalha sozinho. Ajuiza ação alegando o cumprimento de jornada de 9 horas.

- a) não tem direito a horas extras;
- b) só terá direito a horas extras se estiver anotado na sua CTPS que é exercente de função externa, não sujeito a controle de horário;
- c) tem direito a horas extras, pouco importando que a CTPS tenha anotação de função externa não sujeita a controle de horário;
- d) a proposição da questão não oferece elementos suficientes para uma conclusão segura;
- e) se o empregado não tem o contrato anotado na CTPS, sem terá direito às horas extras, porque não terá havido, também, anotação de função externa não sujeita a controle de horário.

oo. intervalo mínimo para refeição do empregado que cumpre jornada de 8 horas:

- a) uma hora, podendo ser reduzido para $\frac{1}{2}$ hora pelo MTb;
- b) uma hora, podendo ser reduzido para 45 minutos pelo MTb;
- c) uma hora, podendo ser reduzido para 40 minutos pelo MTb;
- d) uma hora, podendo ser reduzido para 35 minutos pelo MTb;
- e) todas as anteriores são corretas.

67. O ato administrativo que depender da conjugação de vontades de dois ou mais órgãos da administração pública é chamado de:

- a) imperfeito; b) preparatório; c) composto; d) complexo; e) intermediário.

68. Ordem de preferência para nomeação de bens à penhora:

- a) dinheiro, móveis, veículos, semoventes, imóveis, ações;
- b) dinheiro, móveis, veículos, carta de fiança, imóveis, navios;
- c) dinheiro, pedras preciosas, carta de fiança, móveis, veículos, imóveis, aeronaves;
- d) dinheiro, carta de fiança, móveis, veículos, imóveis, aeronaves;
- e) dinheiro, imóveis, móveis, carta de fiança, navios, ações.

69. Foi feita a penhora de aluguers devidos ao executado, sendo identificado o locatário para depositar em Juízo, no respectivo vencimento, o total do aluguel mensal. O locatário não pagou o aluguel, deixando de recolhê-lo à ordem do Juiz.

- a) o depositário tornou-se infiel, devendo o Juiz decretar-lhe a prisão imediata por 30 dias;
- b) o depositário tornou-se infiel, devendo o Juiz decretar-lhe a prisão imediata por 60 dias;
- c) o depositário tornou-se infiel, podendo o Juiz decretar-lhe a prisão por até 90 dias;
- d) o depositário tornou-se infiel, podendo o Juiz decretar-lhe a prisão por até um ano;
- e) nenhuma das anteriores é correta.

70. Imóvel de valor histórico na cidade de São Paulo, assim declarado e tombado pelo CONDEFAT:

- a) é impenhorável;
- b) é penhorável;
- é penhorável, devendo constar do edital de praça a circunstância do tombamento;
- d) só é penhorável se o devedor não tiver outros bens livres;
- e) o fato do tombamento altera a ordem de preferência para a nomeação de bens.

71. Duração do trabalho do aprendiz, por jornada, antes de completado o ensino fundamental:

- a) até 4 horas; b) até 5 horas; c) até 6 horas; d) até 7 horas; e) até 8 horas.

72. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho:

- a) não cabe recurso de revista;
- b) cabe recurso de revista por violação à lei, à Constituição e por divergência jurisprudencial;
- c) cabe recurso de revista por afronta direta à Constituição e por violação à lei;
- d) cabe recurso de revista por contrariedade a Súmula do TST;
- e) o cabimento do recurso de revista não difere no rito ordinário.

ocorrer em 45 dias;

- c) interrompida a audiência, o prosseguimento e solução deve ocorrer em 60 dias;
- d) interrompida a audiência, o prosseguimento e solução deve ocorrer em prazo a ser fixado sob critério de prudência do Juiz;
- e) a audiência não pode ser interrompida, devendo a solução respeitar o prazo de 15 dias contados do ajuizamento da ação.

74. Ação trabalhista tendo no polo ativo um autor e três réus r passivo. Prazo para as razões finais:

- a) para o autor: 20 minutos; para os réus: 30 minutos, divididos entre eles, cabendo 10 minutos para cada um;
- b) para o autor: 20 minutos; para os réus: 30 minutos, divididos livre critério entre eles;
- c) para o autor: 10 minutos; para os réus: 10 minutos para cada um;
- d) para ambos os pólos: 20 minutos;
- e) para ambos os pólos: 10 minutos.

75. À audiência de instrução, na qual seriam ouvidas as partes testemunhas, não compareceu o advogado do autor.

- a) o Juiz deve adiar a audiência;
- b) o Juiz deve proceder ao interrogatório, mas dispensará a inquirição;
- c) o Juiz pode dispensar a inquirição, mas terá de proceder ao interrogatório;
- d) o Juiz pode dispensar a inquirição e o interrogatório;
- e) nenhuma das anteriores é perfeitamente correta.

76. Os contratos administrativos podem ser divididos em *contratos de colaboração* e *contratos de atribuição*, sendo correto afirmar:

- a) contratos de colaboração são aqueles firmados com a finalidade específica de conferir vantagens ao particular em troca da cooperação no desenvolvimento dos serviços públicos e contratos de atribuição são aqueles que conferem direitos ao particular;
- b) contratos de colaboração são aqueles firmados no interesse específico da Administração, para facilitar o cumprimento dos fins do Estado e contratos de atribuição são aqueles que se destinam conferir certas vantagens ao particular, como no caso da concessão de uso de um bem público;
- c) contratos de colaboração são aqueles firmados para execução de serviços públicos e contratos de atribuição são destinados exclusivamente à realização dos fins do Estado;
- d) contratos de colaboração são aqueles firmados no interesse da Administração e do particular, para facilitar o cumprimento dos serviços públicos e contratos de atribuição são aqueles que se destinam a conferir certas vantagens ao particular;
- e) contratos de atribuição são aqueles firmados para execução de serviços públicos e contratos de colaboração são destinados exclusivamente à realização dos fins do Estado.

77. Quanto ao cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos públicos é correto afirmar:

- a) é obrigatório o pagamento pelo fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços na estrita ordem cronológica da sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente;
- b) diante dos princípios da imparcialidade e da moralidade que informam o Direito Administrativo, os pagamentos pelo fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços devem se

4) somente os pagamentos pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços devem obedecer a rigorosa ordem cronológica de exigibilidade, sendo que aqueles destinados à quitação de realização de obras podem ser efetivados de acordo com a conveniência administrativa;

e) somente os pagamentos destinados à quitação de realização de obras devem obedecer a rigorosa ordem cronológica de exigibilidade, sendo que aqueles decorrentes do fornecimento de bens e pela prestação de serviços podem ser efetivados de acordo com a conveniência administrativa.

78. O proprietário da empresa Cometa Meta Ltda, contando com 10 empregados, chama a todos ao final de cada semana, um a um em sua sala de trabalho, tecendo elogios à conduta pessoal e profissional dos mesmos, excepcionava apenas o empregado Almeida Garret. Tem por hábito, ainda, esclarecer aos empregados, nas ocasiões em que estão todos presentes, que faz questão de travar as conversas em comento com os empregados honestos. Posta a situação, é correto afirmar:

a) Houve mácula à moral do empregado Almeida Garret, tipificadora do crime de injúria e ensejadora de reparação de natureza civil;

Houve mácula à honra do empregado Almeida Garret, apenas ensejadora de reparação de natureza civil;

c) Não houve qualquer ofensa ao empregado Almeida Garret, estando o proprietário da empresa no exercício de seu poder direutivo;

d) Houve mácula à honra do empregado Almeida Garret, tipificadora do crime de difamação;

e) Nenhuma das alternativas anteriores está perfeitamente correta.

79. Vinte empresas pertencentes a determinada categoria econômica criaram uma associação com o intuito de implantar, modernizar e desenvolver suas atividades preponderantes. Diante dos princípios que regem o Direito Coletivo do Trabalho, os empregados da associação em questão estão enquadrados:

a) em categoria profissional vinculada à categoria econômica a que pertencem as empresas criadoras da associação;

b) em categoria profissional diferenciada;

c) não estão enquadrados em qualquer categoria profissional;

d) em categoria profissional vinculada à categoria econômica a que pertence a associação;

e) não estão enquadrados em categoria profissional e devem ser representados pela entidade sindical de grau superior.

80. Quanto ao trabalho portuário é incorreto afirmar:

a) o artigo 7º da Constituição Federal estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;

b) compete às Varas do Trabalho julgar ações entre os trabalhadores portuários e os operadores portuários;

c) somente podem prestar serviços na área portuária organizada os empregados cadastrados perante a entidade sindical responsável pela intermediação de mão de obra;

d) segundo a teoria da *actio nata*, o prazo prescricional para o trabalhador portuário avulso postular judicialmente seus direitos trabalhistas tem inicio por ocasião da terminação da prestação de serviços para cada tomador de mão de obra;

e) segundo o ordenamento jurídico vigente o trabalho portuário pode ser exercido pelo trabalhador avulso ou por trabalhador com vínculo empregatício.

que:

- a) a indenização adicional é cumulada com a correção salarial;
- b) a indenização adicional ou a correção salarial são devidas para rescisão que ocorrer nos 30 dias antecedentes à data-base, prevalecendo o que for maior;
- c) as Leis 6.708/79 e 7.238/84 foram recentemente revogadas;
- d) a indenização adicional somente é devida para a rescisão que ocorrer nos 30 dias antecedentes à data-base;
- e) nenhuma das anteriores está correta.

82. Sobre a execução de contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho:

- I) trata-se de uma execução fiscal;
- II) a competência para essa execução não exclui a competência concorrente, mais ampla, da Justiça Federal;
- III) é execução fundada em título executivo judicial *strictu sensu*;
- IV) como a execução é processada *ex officio*, o INSS não é parteativa na execução;
- V) a liquidação da conta previdenciária é feita após a execução do crédito trabalhista;

(82) Assinale a alternativa correta:

- a) somente uma proposição é certa;
- b) somente duas proposições são certas;
- c) somente três proposições são certas;
- d) somente quatro proposições são certas;
- e) todas as proposições são certas.

83. Proposições sobre o mandado de segurança na Justiça do Trabalho, pedido contra ato do Juiz de Vara:

- I) as informações da autoridade coatora têm natureza jurídica e defesa;
- II) a ausência das informações da autoridade coatora não gera revelia;
- III) tem natureza de ação civil, mesmo na esfera trabalhista;
- IV) a concessão de liminar é sempre ato de discricionariedade judicial;
- V) no mandado de segurança a prova é sempre documental e pré-constituída, devendo acompanhar a petição inicial;

(83) Assinale a alternativa correta:

- a) somente uma proposição é certa;
- b) somente duas proposições são certas;
- c) somente três proposições são certas;
- d) somente quatro proposições são certas;
- e) todas as proposições são certas.

84. Proposições sobre o mandado de segurança na Justiça do Trabalho, pedido contra ato do Juiz de Vara:

- I) o impetrante e litisconsorte necessário são pessoas jurídicas de direito privado e a segurança foi concedida contra o ato do Juiz de Vara: não cabe recurso *ex officio*;
- II) o impetrante é ente público; o litisconsorte necessário é pessoa jurídica de direito privado e a segurança foi concedida contra o ato do Juiz de Vara: não cabe recurso *ex officio*;
- III) não se aplica a alçada em mandado de segurança;
- IV) não há cobrança de custas para avioamento do recurso;
- V) é incabível o mandado de segurança visando a cassação de liminar concedida em Ação Civil Pública;

-> ~~As propostas são certas.~~

85. Proposições sobre a execução de contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho:

- I) o INSS deve ser intimado de todas as decisões homologatórias de acordos;
- II) o INSS é intimado da decisão homologatória de acordos, para que possa apresentar os cálculos da contribuição previdenciária;
- III) as partes, na conciliação trabalhista, podem livremente dispor sobre o limite de responsabilidade de cada uma pelo pagamento da contribuição previdenciária que for devida;
- IV) a liquidação de sentença abrange também a contribuição previdenciária, não podendo o Juiz proferir a sentença de liquidação sem oitiva anterior do INSS quanto à cota do seu interesse;
- V) considere-se a hipótese de o Juiz haver determinado a intimação do INSS para estar ciente do cálculo previdenciário feito pelo devedor; caso o INSS não ofereça nenhuma manifestação imediata, poderá, ainda assim, depois de garantida a execução com penhora, interpor embargos e sucessivamente agravo de petição;

(85) Consideradas as proposições, assinale a alternativa correta:

- a) somente uma é errada;
- b) somente duas são erradas;
- c) somente três são erradas;
- d) somente quatro são erradas;
- e) todas são erradas.

86. A sentença trabalhista omitiu a especificação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação:

- a) a sentença é nula;
- b) deve-se entender que nessa condenação não há parcela tida por salário-de-contribuição;
- c) a especificação só deverá ser feita na fase de liquidação de sentença, identificando-se quais parcelas serão consideradas salário-de-contribuição;
- d) a sentença não é nula em relação aos litigantes trabalhistas, mas também não produz efeito em relação ao INSS para definir o alcance da contribuição previdenciária;
- e) nenhuma das anteriores é correta.

87. Direitos trabalhistas da mãe social:

- a) registro na CTPS, férias anuais de 30 dias, 13º salário e repouso semanal remunerado;
- b) registro na CTPS, garantia de salário mínimo, FGTS, hora extra com adicional de 50%, férias anuais de 30 dias, 13º salário e repouso semanal remunerado;
- c) não existe regime normativo para o trabalho da mãe social;
- d) a mãe social não tem direitos trabalhistas, porque trabalha sem vínculo de emprego;
- e) todos os direitos trabalhistas como qualquer empregado urbano.

88. Sobre a competência *ratione loci* da Vara do Trabalho:

- I) o empregado, viajante comercial, é contratado na filial, em São Paulo, perante a qual presta contas de vendas feitas nas cidades de Bauru, Araçatuba, Andradina, Pereira Barreto e Castilho. Juiz competente para a demandada proposta na constância do contrato: qualquer das comarcas onde presta trabalho;
- II) o empregado é contratado em Miami para trabalhar em São Paulo, recebendo seus salários, em dólar americano, depositados em agência bancária de Miami. Juiz competente: a Justiça brasileira é

ria brasileira da empresa americana;

- IV) a empregada de empresa brasileira é transferida, mediante contratação escrita, para trabalhar 90 dias em Miami, onde sofre assédio sexual e, por desentendimento relacionado a esse assunto, te seu contrato rescindido em Miami. A empregada é americana. Juiz competente para cobrar a indenização por assédio sexual: a Justiça brasileira é incompetente;

(88) Consideradas as proposições, assinale a alternativa correta:

- a) todas são certas;
- b) somente uma é errada;
- c) somente duas são erradas;
- d) somente três são erradas;
- e) todas são erradas.

89. O mecanismo auxiliar para a composição do conflito coletivo p qual um terceiro, estranho às relações dos envolvidos, atua para conduzir as partes a uma solução, oferecendo esse terceiro propostas aptas a despertar o interesse convergente das partes que acabam por eleger um resultado satisfatório aos interesses conflitantes denominado-se:

- a) mediação;
- b) conciliação;
- c) arbitragem;
- d) acordo;
- e) compromisso arbitral.

90. Proposições:

- I) o Direito Brasileiro admite a reprise da lei;
- II) o Direito Brasileiro não admite a ultratividade da lei;
- III) a abrogação da lei deve ser expressa;
- IV) o desuso pode ser causa de derrogação da lei, mas não de abrogação;

V) uma norma prevista em tratado internacional foi incorporada ao direito interno por decreto legislativo; a posterior revogação desse tratado importa a automática revogação da norma incorporada;

(90) Consideradas as proposições, assinale a alternativa correta:

- a) somente uma é errada;
- b) somente duas são erradas;
- c) somente três são erradas;
- d) somente quatro são erradas;
- e) todas são erradas;

91. Castro Alves comprou de Fernando Pessoa um automóvel ajustando preço de mercado para o tipo e estado do bem. Antes do pagamento, um credor ajuizou ação suscitando a ocorrência de fraude contra credores. O Juiz entendeu existir a insolvência do vendedor. Assinale a alternativa correta:

- a) essa alienação é válida; o comprador ficará com o bem, mas depositará à disposição do Juiz o preço ajustado;
- b) essa alienação não é válida, ainda que a ação tenha sido ajuizada após a contratação da venda;
- c) essa alienação é válida; o vendedor ficará com o dinheiro correspondente ao preço ajustado;
- d) essa alienação não é válida; o negócio deve ser desfeito pelo Juiz e o bem móvel ficará arrecadado para satisfazer os credores;
- e) essa alienação é válida, desde que o autor da ação seja um credor quirografário.

92. Uma convenção coletiva de trabalho dispôs, na cláusula 20^a, que havendo descumprimento de qualquer cláusula da convenção, o empregado terá direito a uma multa em dinheiro. No § 1º, dessa cláusula 20^a, ficou estabelecido que para ter direito a essa multa a ação judicial tem de ser ajuizada somente pelo Sindicato da categoria. Identifique a natureza do que ficou pactuado no § 1º, da cláusula 20^a:

- a) condição causal;

...
correta disposta nas alternativas:

- I) Não tem proprietário, nem sócios, nem titular;
- II) organização de pessoas reunidas intencionalmente para determinado fim;
- III) pessoa jurídica de direito privado;
- IV) entidade privada de fim assistencial;
- V) não está sujeita a falência, mas seus bens são penhoráveis;

Respectivamente:

- a) fundação; sociedade civil; empresa pública; serviço social autônomo; sociedade de economia mista;
- b) associação; sociedade civil; sociedade anônima; fundação; sociedade civil;
- c) empresa pública; fundação; sociedade de economia mista; serviço social autônomo; fundação;
- d) serviço social autônomo; associação; sociedade por cotas de responsabilidade limitada; assistência social; empresa pública;
- e) sociedade civil; fundação; serviço social autônomo; associação; sociedade civil.

1. Proposições sobre o domicílio:

- I) muda-se a residência transferindo-se o domicílio com intenção manifesta de o mudar;
- II) a pessoa natural tem residência no lugar onde ela estabelece seu domicílio com ânimo definitivo;
- III) tendo a pessoa natural diversos centros de ocupações habituais, considerar-se-á sua residência qualquer um desses centros;
- IV) a pessoa jurídica pode ter domicílio em local diverso de onde funcionem as respectivas diretorias e administrações;

(94) Consideradas essas proposições, assinale a alternativa correta:

- a) todas são erradas;
- b) somente um é certa;
- c) somente duas são certas;
- d) somente três são certas;
- e) todas são certas.

95. Aquele que demandar por dívida já paga ou pedir mais do que devido:

- a) será obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado;
- b) será obrigado a pagar ao devedor o equivalente ao que pediu;
- c) será obrigado a pagar ao devedor, respectivamente, o equivalente do que pediu e o dobro do pedido;
- d) será obrigado a pagar ao devedor, respectivamente, o dobro do que cobrou e o equivalente do que está exigindo;
- e) será obrigado a pagar ao devedor, respectivamente, o dobro do que cobrou e o equivalente ao décupo do que está exigindo.

96. O direito de exigir uma reparação:

- a) só é transmissível a obrigação de prestar a reparação;
- b) não se transmite com a herança se o vínculo é *intuitu personae*;
- c) transmite-se exclusivamente por testamento;
- d) extingue-se com o extinto;
- e) transmite-se com a herança.

97. Uma pessoa jurídica estrangeira, com sede em país com o qual o Brasil não mantém relações diplomáticas, não tem filial dentro do território nacional. Tem, entretanto, filial em país com o qual o Brasil

- d) por edital;
- c) na pessoa do representante, no Brasil;
- d) por carta rogatória no endereço da filial;
- e) nenhuma das anteriores é perfeitamente correta;

98. Miguel de Cervantes trabalhou para Jorge Amado sem registrar na CTPS. No curso do contrato, o primeiro precisou de uma comprovação de renda para obter financiamento da casa própria. O segundo forneceu ao primeiro uma declaração em que se diz o seguinte: "declaro, para os devidos fins, que Miguel de Cervantes trabalha para mim desde 01.01.1999, na função de advogado, cumprindo jornada de 8 horas, recebendo por mês R\$ 5.000,00". Sobre essa declaração:

- a) vale como confissão do vínculo de emprego, mas não tem mesmo valor da confissão judicial;
- b) vale como confissão do vínculo de emprego, tendo o mesmo valor da confissão judicial;
- c) não vale como confissão do vínculo de emprego, porque destina-se a fim diverso;
- d) não é meio idôneo de prova da relação de emprego, devendo empregado, quando em Juízo, produzir prova definitiva;
- e) vale como indício da existência do vínculo de emprego.

99. Execução de sentença processada por artigos de liquidação. citação do réu far-se-á:

- a) na pessoa do réu, por mandado;
- b) na pessoa do réu, por registrado postal;
- c) na pessoa do advogado constituído nos autos;
- d) na pessoa do réu, por correio;
- e) na pessoa de quem recebeu a citação na fase de conhecimento.

100. Proposições sobre o atleta profissional de futebol:

- I) o contrato de trabalho deve ser obrigatoriamente escrito;
- II) o menor de 16 anos não pode firmar o contrato de trabalho;
- III) o maior de 16 anos é capaz para firmar o contrato de trabalho;
- IV) o atleta pode recusar a participação em competição no estrangeiro;
- V) o empregador não pode pagar prêmio de partida superior à remuneração do atleta;

Consideradas as proposições, assinale a alternativa correta:

- a) todas são certas;
- b) somente é certa;
- c) somente duas são certas;
- d) somente três são certas;
- e) somente quatro são certas.